

Avaliação Ambiental Estratégica do PIER da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra

Declaração Ambiental

Novembro de 2018

**MUNICÍPIO DE
VILA POUCA DE AGUIAR**



MINERVA
Engenharia e Planeamento

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Forma como as considerações ambientais foram integradas no plano.....	2
3. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação	4
4. Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º	5
5. Razões que fundaram a aprovação do Plano	5
6. Medidas de controlo previstas.....	7
ANEXO I	13
Consulta Pública do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão	13
ANEXO II.....	19
Consulta Pública do Relatório Ambiental.....	19
ANEXO III.....	21
Ata da Conferência Procedimental.....	21
Ata com o parecer da DGEG.....	21
ANEXO IV.....	51
Aviso referente à abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra	

1. Introdução

A presente Declaração Ambiental (DA), referente ao Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra, foi realizada atendendo aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas assim como ao resultados da consulta publica realizada, mediante os termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011, de 4 de maio, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, de 27 de junho, e 2003/35/CE, de 26 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho.

A estrutura da DA segue o disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 10.º do Decreto-Lei acima referido.

Segue ainda em anexo à Declaração o Parecer Final da Comissão de Coordenação da Região.

2. Forma como as considerações ambientais foram integradas no plano

O Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra foi sujeito a um processo de Avaliação Ambiental, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011, de 4 de maio, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, de 27 de junho, e 2003/35/CE, de 26 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Segundo o referido Decreto-Lei (alínea a) do artigo 2º), a Avaliação Ambiental consiste na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, sendo realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo.

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Pouca de Aguiar, publicado pelo Aviso n.º 12613/2012, a área de intervenção do Plano corresponde a uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), que nos termos do disposto no Artigo 76.º do respetivo regulamento, se define como uma porção contínua de território, devidamente delimitada e definida para operações urbanísticas.

O conteúdo programático a que corresponde esta UOPG encontra-se definido no número 9 do artigo 77.º do PDM, sendo denominada de UOPG 09 – Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra, cuja execução deve ser garantida através da elaboração de um Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER).

De forma genérica, a AAE pretende garantir a proteção e valorização ambiental, integrando assim as considerações ambientais na realização de planos, promovendo um desenvolvimento sustentável. A avaliação traduz-se na análise das opções estratégicas e ações previstas com a implementação do Plano. No caso em análise a AA assentou em seis fatores críticos: Património Natural, Qualidade do Ambiente, Riscos Naturais, Desenvolvimento Humano e Territorial, Património Cultural e Geológico e Governança.

A definição dos fatores críticos para a decisão passa pela análise do quadro de referência estratégica, que apresenta contributo ainda na medida em que demonstra de que forma o Plano contribui para o alcance das metas estabelecidas nas diferentes áreas abrangidas, e integra ainda os fatores ambientais e de sustentabilidade. A Avaliação Ambiental Estratégica, de forma objetiva, deve estar em consonância com os fatores vertidos para a legislação, sempre que estes se considerem relevantes para a área em estudo. Os fatores encontram-se definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, artigo 6.º, alínea e), e com a sua análise é concluído que a aplicação do Plano afeta questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem.

É a partir dos FCD referidos que se desenvolve a avaliação propriamente dita. Assim, foi desenvolvida uma caracterização da situação existente e a sua respetiva avaliação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças (análise SWOT). Complementarmente, é também caracterizada a tendência de evolução dos fatores, sem a implementação do Plano.

Posto isto, foi realizada a identificação dos efeitos da aplicação do plano, por fator crítico e atendendo às estratégias e planos definidos no QRE, e correspondente avaliação dos mesmos.

Assim, e depois de traçadas as avaliações, é perceptível que a aplicação do PIER não acarreta desvantagens capazes de obrigar a apresentação de propostas alternativas.

De notar que as avaliações efetuadas da aplicação do plano apresentam sempre incertezas. Como tal, é fulcral apresentar um processo para a fase de seguimento da AAE. A fase de seguimento permite o acompanhamento da implementação do plano, através da monitorização, estratégica e territorial, da evolução dos indicadores de sustentabilidade, assim como da aplicação das diretrizes propostas na avaliação.

3. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação

Conforme explanado no n.º1 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, antes da aprovação do projeto de plano ou programa e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, promoverá a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

As entidades a quem a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar solicitou parecer foram cinco: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Autoridades de Saúde e Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

O relatório de definição de âmbito e definição de fatores críticos para a decisão, datado de dezembro de 2016 foi, como referido, sujeito ao processo de consulta dirigido às entidades mencionadas e, mediante o mesmo, foram apresentados comentários/sugestões para o relatório ambiental. Todas as entidades se pronunciaram e as sugestões foram integradas no relatório, sendo que as mesmas se encontram expostas no relatório de ponderação anexo ao RA.

De notar que uma das entidades, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), para além das sugestões constantes do relatório de ponderação, declarou que *“...o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão deverá ser reformulado, constituindo-se como uma peça autónoma, incorporando toda a informação necessária para a avaliação, e eventualmente acompanhado pelos trabalhos já desenvolvidos no âmbito do PIER”*. Com isto, e após análise dos restantes pareceres, a equipa reformulou o relatório de definição de âmbito mediante as indicações da CCDR-N, e o mesmo foi reenviado para a entidade supracitada.

O relatório ambiental, datado de fevereiro de 2017, foi sujeito ao mesmo processo de consulta anteriormente referido.

De acordo com o n.º6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o projeto de plano e o respetivo relatório ambiental serão submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados.

Assim, a proposta final do PIER e respetivo Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico estiveram disponíveis para consulta pública, por um período de 30 dias úteis, no sítio da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (www.cm-vpaguiar.pt) e, para consulta, em formato papel na divisão de Ambiente e Urbanismo, na Câmara de Vila Pouca de Aguiar, entre 10 de agosto a 21 de setembro, de acordo com o publicado no Aviso 10616/2018, em anexo. Os interessados podiam formular reclamações, observações e sugestões, por escrito através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

Durante esta fase, foram recebidas 0 (zero) participações.

4. Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º

Conforme o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, sempre que o plano ou programa em elaboração seja suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro da União Europeia ou sempre que um Estado membro da União Europeia suscetível de ser afetado significativamente o solicitar, a entidade responsável pela sua elaboração promove o envio do projeto desse plano ou programa e do respetivo relatório ambiental às autoridades desse Estado membro, através dos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Atendendo à localização territorial do PIER, o plano não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outros países da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista anteriormente.

5. Razões que fundaram a aprovação do Plano

De acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Pouca de Aguiar, publicado pelo Aviso n.º 12613/2012, a área de intervenção do Plano corresponde a uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), que nos termos do disposto no Artigo 76.º do respetivo regulamento, se define como uma porção contínua de território, devidamente delimitada e definida para operações urbanísticas.

O conteúdo programático a que corresponde esta UOPG encontra-se definido no número 9 do artigo 77.º do PDM, sendo denominada de UOPG 9 – Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra, cuja execução deve ser garantida através da elaboração de um Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER).

O objetivo da avaliação visa o fornecimento de informações aos responsáveis pela elaboração do PIER, garantindo que o mesmo seja integrado sob premissas ambientais e de sustentabilidade, contribuindo para a melhoria das práticas de Planeamento e Gestão Territorial.

A área de reserva da serra da Falperra é caracterizada pelo seu historial associado à exploração de rocha ornamental. Aquando do apogeu da construção civil, década de 90, e da necessidade de granito, esta área foi muito procurada incrementando a instalação de unidades de extração. O granito amarelo, até então, com procura moderada, passou a ser muito utilizado na execução de projetos. Com esta procura a instalação de novas unidades conduziu a uma desordem no planeamento da serra, uma vez que parte das instalações seriam ilegais. Com isto, e ainda nos dias de hoje, a serra apresenta uma descaracterização do território e desordenamento de atividades. Concomitantemente, os enormes incêndios da década de 90, devastaram de forma irremediável o coberto arbóreo da área, desenhando a descaracterização paisagística do local, ainda hoje visível.

Assim, por forma a organizar e estruturar de forma funcional a área foi criado um plano de pormenor, onde se encontram identificados os problemas e encontradas soluções para ordenar uma área que domina o setor da atividade, e denominada área de reserva.

As Áreas de Reserva são servidões administrativas consubstanciadas pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2009, de 2 de abril, determinando deste modo, que a constituição desta área visa a utilização dos recursos geológicos na Serra da Falperra para efeitos de aproveitamento dos granitos ornamentais que nela ocorrem.

O plano de pormenor na modalidade de Plano de intervenção no Espaço Rural permite assim compatibilizar o uso e ocupação do solo e a gestão dos recursos existentes com a conservação dos valores ambientais e paisagísticos.

O PIER da Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra assenta nos seguintes objetivos programáticos definidos nos termos de referência, aprovados e publicados no sítio do Município de Vila Pouca de Aguiar:

- Valorização e requalificação ambiental de uma área destinada às indústrias extrativas e às suas atividades complementares;
- Integração e articulação das diferentes entidades com responsabilidades na gestão desta área de modo a compatibilizar os diferentes interesses em presença;
- Criação de pequenas áreas com capacidade edificatória e redes de infraestruturas que sirvam as indústrias aí localizadas, respetivas instalações e equipamentos de apoio;
- Elaboração de uma estratégia integrada de recuperação das áreas já exploradas, onde se deve proceder à recuperação paisagística e ambiental, bem como a definição de orientações para futuros licenciamentos.

Atendendo ao exposto, e ao diagnóstico realizada da área de PIER é possível sistematizar as questões/objetivos estratégicos:

- Valorização e requalificação ambiental das áreas destinadas às indústrias extrativas e atividades complementares;
- Aumento e racionalização da exploração económica do território;
- Integração e articulação das diferentes entidades com responsabilidades na gestão desta área de modo a compatibilizar os diferentes interesses;
- Criação de pequenas áreas com capacidade edificatória;
- Implementação de redes de infraestruturas que sirvam as indústrias atuais e futuras;
- Elaboração de uma estratégia integrada de recuperação paisagística e ambiental das áreas já exploradas ou paradas;
- Definição de orientações e regulamentação para futuros licenciamentos de explorações.

O processo de avaliação ambiental estratégica contempla na sua metodologia a realização de cenarizações. Aqui, são expostos dois cenários, um onde é analisado qual seria a tendência de evolução sem a aplicação do plano e outro onde se expões um cenário com a aplicação do plano.

Em suma, são apontados dois cenários:

- Cenário 1 - Cenário correspondente à situação existente e análise tendencial, sem aplicação do Plano proposto
- Cenário 2 – Cenário correspondente à aplicação do Plano proposto, atendendo às oportunidades, risco e efeitos da sua aplicação.

6. Medidas de controlo previstas

Conforme exposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, o relatório ambiental deve apresentar as medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano (alínea f), assim como uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11 (alínea h). Neste último ponto está explanada a obrigatoriedade das entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliarem e controlarem os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração

ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos. Esta verificação será então efetuada por parte da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Ainda em conformidade com o explanado no artigo 11.º do Decreto-Lei referido, os resultados do controlo são divulgados pela entidade responsável pela elaboração do Plano, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual.

Como referido, existem efeitos da aplicação do Plano imprevisíveis, ou que alcancem um impacto inesperado, assim, e dando cumprimento ao anteriormente explanado são apresentados os princípios gerais e recomendações para que o seguimento e monitorização do Plano sejam feitos de acordo com os princípios ambientais.

A avaliação/monitorização da aplicação do Plano deve ser efetuada segundo dois níveis de atuação, como sendo, a monitorização territorial e a monitorização estratégica. A monitorização territorial é feita com base na evolução dos indicadores definidos para o território, já a monitorização estratégica é elaborada tendo em conta as oportunidades e riscos definidos no presente relatório, dando cumprimento às diretrizes efetuadas

De forma sucinta o Plano de Monitorização deve ser definido por forma que sejam identificados os efeitos negativos, resultantes da intensidade dos riscos identificados, contribuindo assim para uma reavaliação da implementação do Plano; avaliado o grau de implementação do Plano, de forma periódica, por forma, a serem alcançadas as metas e objetivos do QRE; avaliadas as diretrizes propostas e revê-las, em caso de necessidade, aquando das avaliações periódicas; promovida a articulação e participação das entidades responsáveis e da população na implementação do Plano e recolhidos dados sobre os indicadores selecionados e adaptá-los, para que se ajustem à implementação do Plano.

Com isto, são de seguida apresentados os quadros de monitorização territorial e estratégica para cada um dos Fatores Críticos definidos.

Quadro 1: Monitorização territorial

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de avaliação	Indicadores	Unidades de medida	Periodicidade da medição	Fontes de informação	Objetivos
Património Natural	Recursos Florestais e agrícolas	Espécies prioritárias	Un.	Quinquenal	Censos de campo - ICNF	Diminuir
		Área florestal sujeita a Planos de Gestão Florestal	ha	Anual	CMVPA GTF	Aumentar
		Percentagem de povoamentos folhosas, autóctones e de resinosas no conjunto dos povoamentos florestais.	%	Anual	CMVPA GTF	Aumentar



	Biodiversidade	Espécies vulneráveis e ameaçadas	Un.	Quinquenal	Censos de campo - ICNF	Diminuir
		Estatuto de conservação das espécies	Un.	Quinquenal	Censos de campo – ICNF	Manter
		Áreas com espécies com estatuto de proteção	ha	Quinquenal	Censos de campo - ICNF	Diminuir
		Habitats vulneráveis e ameaçados	ha	Quinquenal	Censos de campo - ICNF	Diminuir
		Área de município integrada no Sistema Nacional de áreas classificadas	ha	Decanal	CMVPA GTF	Manter
		Integração em plano de gestão para as áreas classificadas	ha	Anual	CMVPA GTF ICNF	Manter
Qualidade do Ambiente	Resíduos	Gestão de resíduos	%	Anual	INE APA CMVPA	Aumentar (valorização)
		Tipologia de resíduos produzidos	Un.	Anual	CMVPA	Manter
	Recursos Hídricos	Consumo de água	m3/ano	Anual	INE	Diminuir/Manter
		Qualidade da água: turvação, indicadores de contaminação fecal; oxigénio dissolvido; óleos; metais pesados, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, hidrocarbonetos totais	mg/L (por agente avaliado)	Semestral	INE ICNF CMVPA IA	Boa
		Descargas de águas residuais sem tratamento adequado.	mg/L (por agente avaliado)	Semestral	INE CMVPA IA	Diminuir
		Preservação dos cursos de água	ha	Anual	APA CMVPA (carta Ren)	Manter
	REN	Capacidade de infiltração do solo em áreas inundáveis e áreas de máxima infiltração	m3/ha	Anual	CMVPA	Aumentar
	Ar	Emissão de gases poluentes	µg/m3	Anual	APA QualAr	Diminuir
		Índice da qualidade do ar	Dias	Anual	INE APA QualAr	Aumentar (dias bons e muito bons)
		N.º e localização de queixas de habitantes referentes à poluição atmosférica	Nr.	Semestral	CMVPA	Diminuir
	Solo	Impermeabilização dos solos	l/imp	Anual	CMVPA	Manter
		Usos dominantes do solo	ha	Anual	APA CMVPA (REN RAN, REDE NATURA)	Manter
	Paisagem	Grau de conservação das paisagens	Bom/razoável/mau	Anual	CMVPA	Bom
		Áreas degradadas e principais intrusões visuais	ha	Anual	CMVPA	Diminuir
		Impacto visual dos núcleos extrativos	Bom/razoável/mau	Anual	CMVPA	Bom
	Ruído	População sujeita a níveis de ruído superiores aos legais	Ud	Semestral	CMVPA	Manter
		Programa de monitorização de ruído	Lden Ln	Semestral	CMVPA	Manter
	Clima	Precipitação e	l/m2	Anual	IPMA	Manter



		temperatura do ar à superfície	°C			
		Fenómenos meteorológicos/climáticos extremos	°C/mm%/ dias de ocorrência de fenômenos climatológicos	Anual	IPMA	Diminuir
		Variação das emissões de gases com efeito de estufa	%	Anual	APA	Diminuir
	Riscos Tecnológicos	Área ocupada por estabelecimentos abrangidos	ha	Anual	CMVPA APA	Manter
		Área condicionada pela presença de estabelecimentos de armazenagem de produtos explosivos	ha	Anual	CMVPA APA	Manter
Riscos Naturais	Risco de incêndio	Variação do número de ocorrências florestais	Ud	Anual	ICNF CMVPA	Diminuir
		Variação da área florestal ardida	ha	Anual	CMVPA	Diminuir
	Risco de erosão	Nr. de deslizamentos ou desprendimentos de terreno	Ud	Anual	CCDR CMVPA	Diminuir
Desenvolvimento Humano e Territorial	População	Evolução da população residente	Un	Censitários	INE	Aumentar
		Densidade populacional	Hab/km ²	Censitários	INE	Aumentar
		População em idade ativa	Un	Censitários	INE	Aumentar
		Qualificação da população	Un	Censitários	INE	Aumentar
	Emprego	Situação profissional	%	Censitários	INE	Aumentar
		População empregada por setor de atividade	%	Censitários	INE	Aumentar
	Uso e ocupação do solo	% de ocupação de áreas florestais	%	Anual	Carta de Ocupação do solo DGT	Aumentar
		% de ocupação de áreas agrícolas e agroflorestais	%	Anual	Carta de Ocupação do solo DGT	Aumentar
		% de ocupação de território artificializado	%	Anual	Carta de Ocupação do solo DGT	Manter
	Estrutura empresarial	N.º de empresas instaladas	Un	Anual	INE	Aumentar
		Evolução da produção/ exportação do granito	Ton.	Anual	DGEG	Aumentar
		Superfície agrícola utilizada (ha) e número de explorações	ha	Anual	INE	Manter
	Valorização económica	N.º de núcleos extrativos	Un	Anual	DGEG CMVPA	Aumentar
		Variação da área submetida a regime cinegético	ha	Anual	CMVPA ICNF AFN	Manter/Aumentar
		N.º de rotas turísticas	Ud	Anual	CMVPA	Aumentar
		Rede de infraestruturas	km	Anual	CMVPA	Aumentar
Património Cultural e Geológico	Preservação do património cultural	Património classificado e não classificado	Ud	Anual	DGPC	Manter
		Normas de proteção e promoção do património	Ud	Revisão do PDM	DGPC CMVPA	Manter
	Geologia	Variação da área de exploração de recursos geológicos	ha	Anual	CMVPA DGEG	Aumentar
		Variação da extração mineral em exploração de pedreiras	Ton.	Anual	CMVPA DGEG	Aumentar
Governança	Modelo de Governança e	N.º e tipologia dos agentes envolvidos	Un	Anual	CMVPA ERAE	Aumentar
		Grau de influência dos agentes na decisão	%	Anual	CMVPA ERAE	Aumentar



	Proximidade Cidadã	Iniciativas de divulgação e informação	Un	Anual	CMVPA	Aumentar
--	--------------------	--	----	-------	-------	----------

Quadro 2: Monitorização estratégica

Fator de Sustentabilidade	Efeitos
Património Natural	Proteção da mancha florestal através da criação de caminhos e reflorestação.
	Delimitação de áreas por uso, protegendo a biodiversidade.
	Aplicação de medidas de valorização e preservação de recursos naturais e biodiversidade.
Qualidade do ambiente	Aumento da poluição com o alargamento da atividade extrativa.
	Diminuição dos impactos ambientais através da reflorestação e diminuição de deposição de resíduos.
	Proteção do solo e seus usos, através da delimitação de áreas.
Riscos Naturais	Aumento de iniciativas de prevenção, uma vez conseguidos os novos acessos.
	Aumento do número de incêndios.
	Aumento do número de acidentes provocados pela erosão.
Desenvolvimento humano e territorial	Aumento da competitividade económica.
	Aumento das atividades agroflorestais.
	Manutenção dos espaços com a existência de atividade turística, turismo de natureza e desportos de aventura.
	Aumento da eficiência das infraestruturas.
Património Cultural e Geológico	Expansão da atividade extrativa.
	Esgotamento dos recursos geológicos
	Melhoria das infraestruturas para a prática da atividade extrativa.
	Melhoria do impacto visual.
Governança	Delimitação dos espaços com diferentes usos do solo.
	Proteção das áreas em recuperação.
	Predominância de produtos região (madeiras, pedra), tanto nas acessibilidades como nos edifícios construídos após aplicação do Plano, ajustando as infraestruturas à envolvente.

ANEXOS



ANEXO I

Consulta Pública do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

Relatório de Ponderação

Ponderação dos comentários recebidos sobre o relatório da Fatores Críticos para a Decisão

Entidade	Data	Principais aspetos focados	Comentário da Equipa AAE
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF	24 de janeiro de 2017	Ponto 3: “Referente ao relatório preliminar, descrição e enquadramento territorial está demasiado sucinto...” “...Insuficiência dessa caracterização e diagnóstico...nomeadamente no respeitante às questões que se prendem com os valores naturais, biodiversidade, floresta e valores geológicos.”	Os comentários foram considerados e como tal foram introduzidos os elementos em falta no encadeamento do relatório ambiental.
		Ponto 4: “O Quadro de Referência Estratégico...Considera-se insuficiente no respeitante às matérias de conservação da natureza e florestas...” “...Estão claramente em falta o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, o Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, o Programa de Ação Nacional para Controlo do Nemátodo-da-madeira do pinheiro, a Estratégia para as Florestas, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e a Estratégia Nacional para as Adaptações às Alterações Climáticas.”	Concordamos com o reforço a nível de planos e programas/estratégias recomendados. Contudo, o Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios encontra-se em revisão desde o ano de 2015, pelo que não o podemos considerar, sem que antes este seja aprovado.



		<p>Ponto 5 e 6: “ No respeitante aos FCD, estão ausentes os recursos florestais... pelo que deverá ser tida em consideração...”</p> <p>“...sugerindo-se que a mesma seja visada entro os FCD já definidos (por exemplo, redefinindo-se o FCD Biodiversidade como Património Natural)...”</p> <p>“O objetivo do FCD Biodiversidade faz, todavia alusão a espaços florestais...mas estes não se circunscrevem aos espaços florestais... devendo alargar-se esta linha de atuação.”</p>	<p>Constante deste comentário, foi redefinido um dos FCD, nomeadamente a Biodiversidade passou a estar incluído no FCD Património Natural, que abrange ainda os recursos florestais e agrícolas.</p> <p>Com esta alteração foram redefinidos também os objetivos para o FCD Património Natural.</p>
		<p>Ponto 7: “Os indicadores associados aos critérios de avaliação respeitantes ao fator crítico de decisão Biodiversidade, devem ser claros, ajustados aos objetivos do FCD e necessariamente mensuráveis...e discriminar a unidade de medida para cada um deles...”</p> <p>“...importa garantir a avaliação da afetação de habitats naturais e espécies de da flora e da fauna, avaliação da funcionalidade da RFCN... e avaliação de impactes cumulativos, diretos e indiretos, sinérgicos ou antagónicos sobre os habitats, fauna, flora e populações.”</p>	<p>Consideramos também que os indicadores estavam muito abrangentes e de difícil mensuração. Como tal, foram definidos e ajustados novos indicadores. Relativamente à unidade de medida para cada indicador é apresentada na monitorização territorial.</p> <p>Ao redefinir os novos indicadores relativos ao património natural, foi tido em consideração a necessidade de integração e conectividade entre as diferentes áreas classificadas presentes na Área de Reserva da Falperra, estando presente de uma forma mais direta e específica na monitorização estratégica.</p>
		<p>Ponto 8: “Os indicadores associados...ao fator crítico de decisão Riscos Naturais...devem ser claros, ajustados aos objetivos...e mensuráveis... importa adaptar esses indicadores e discriminar a unidade de medida para cada um deles...”</p>	<p>Consideramos também que os indicadores estavam muito abrangentes, ambíguos e de difícil mensuração.</p> <p>Como tal, foram definidos e ajustados novos indicadores, nomeadamente para o critério de avaliação “risco de incêndio”. Relativamente à</p>



			unidade de medida para cada indicador é apresentada na monitorização territorial.
		Ponto 9: “Os indicadores associados...ao fator crítico de decisão Património Cultural e Geológico...devem ser claros, ajustados aos objetivos...e mensuráveis... importa adaptar esses indicadores e discriminar a unidade de medida para cada um deles...”	Consideramos também que os indicadores estavam muito abrangentes, ambíguos e de difícil mensuração. Como tal, foram definidos e ajustados novos indicadores, nomeadamente para o critério de avaliação “geologia”. Relativamente à unidade de medida para cada indicador é apresentada na monitorização territorial.
Serviço Nacional de Saúde SNS	30 de janeiro de 2017	Ponto 1: “Inclusão do Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNNAS) ...”	Concordamos e consideramos o reforço a nível de plano recomendado.
		Ponto 2: “...inserção dos objetivos do critério de avaliação AR do FCD Qualidade do Ambiente, a inclusão do indicador do número e localização de queixas de habitantes relacionadas com poluição atmosférica e resultados de programas de monitorização da qualidade do ar...”	Foi considerado pela equipa e reajustados os indicadores.
		Ponto 3: “...inclusão do FCD Qualidade do Ambiente, no critério ambiental ruído, o indicador referente a eventuais resultados de programas de monitorização de ruído...” “...refira-se que a elaboração do mapa de ruído concelhio... seria uma ferramenta extremamente importante na definição e reorganização dos perímetros urbanos...”	Os indicadores foram reajustados. Relativamente ao mapa de ruído, este já existe e está explanado na caracterização da situação atual, que integra o relatório ambiental.
		Ponto 4: “...entende-se que análise das condições de conforto e edafoclimáticas à escala da área de intervenção deve constituir um fator ambiental...”	Foi considerado este comentário e foi inserido um novo critério de avaliação denominado “clima” no FCD Qualidade do Ambiente.
		Ponto 5: “...seria de extrema relevância a definição de circuitos de recolha e tratamento adequado de resíduos de construção e demolição...”	Foi tido em consideração e foi elaborada uma diretriz referente ao tema em específico.



		Ponto 6: “...onde se podem verificar explorações ilegais de inertes...sugere-se que se proceda a uma identificação das explorações desse tipo...”	As explorações visualidades em terreno encontram-se enumeradas no capítulo referente à situação atual do Qualidade do Ambiente.
Agência Portuguesa do Ambiente	03 de fevereiro de 2017	Ponto 3: “No capítulo 1...importa retificar e esclarecer que estes documentos não correspondem aos relatórios ambientais...”	Relativamente ao ponto 3 e 4, a equipa procedeu às respetivas correções.
		Ponto 4: “...Sugere-se que se altere a “A elaboração do Relatório Ambiental foi iniciada” para “O procedimento de avaliação ambiental foi iniciado”...”	
		Ponto 5: “Relativamente ao Quadro de Referência Estratégica a referência ao “Programa Nacional para as alterações climáticas 2006 (PNAC)”...deverá ser substituída pela referência ao “PNAC 2020/2030”...”	Os comentários foram considerados e como tal foi alterado e substituído o Programa Nacional para as alterações climáticas.
		Ponto 6: “...em matéria de alterações climáticas, julga-se importante considerar a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas – ENAAC 2020... e o Quadro Estratégico da Política Climática (QEPiC)...”	Concordamos com o reforço a nível de planos e programas/estratégias recomendados, como tal foram adicionados ao relatório ambiental.
		Ponto 7: “No que se refere aos Recursos Hídricos... o QRE deverá sem complementado...” “...Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro; Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água...Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Aguas Residuais (PENSAAR 2020).”	Concordamos com o reforço a nível de planos e programas/estratégias recomendados, como tal foram adicionados ao relatório ambiental.
		Ponto 8: “...Plano Nacional da Água...deverá ser atualizada para a versão aprovada pelo Decreto-Lei n.º76/2016, de 9 de novembro.”	Foi considerado pela equipa e atualizado o Plano.
		Ponto 9: “...incluir a Estratégica Nacional para o Ar 2020 (ENAR), aprovada pela RCM n.º46/2016, de 26 de agosto...”	Concordamos com o reforço a nível de planos e programas/estratégias recomendados, como tal foram



	<p>Ponto 10: “...é de considerar o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020) ...”</p>	adicionados ao relatório ambiental.
	<p>Ponto 11: “...era importante cruzar os PIER e a sua AAE com o previsto no Programa Operacional Regional Norte, para o período de programação 2014-2020...”</p>	A equipa considerou o Programa, e efetuou o respetivo QRE, cruzando o POR-N com os objetivos estratégicos do PIER, e os Fatores Críticos para a Decisão da AAE.
	<p>Ponto 12: “Deverá verificar-se a afinidade das Questões Estratégicas definidas para o PIER e os objetivos estratégicos...nos planos e programas anteriormente mencionados...”</p>	Para todos os programas/planos recomendados, a equipa efetuou os respetivos QRE, assim como já havia feito para os programas/planos que já haviam sido considerados.
	<p>Ponto 13: “Os Fatores Críticos para a Decisão não nos merecem no geral, críticas, porquanto permitem abarcar as questões ambientais...”</p> <p>Ponto 16: “De acordo com o Guia de Melhores práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica...de forma a não perder o foco estratégico, os critérios de avaliação deverão ser limitados a dois por FCD e os indicadores a dois ou três por critério de avaliação...”</p>	<p>A elaboração do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, bem como o Relatório Ambiental, seguiu meteticulosamente as orientações vertidas para o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica.</p> <p>A equipa considera relevante a observação feita neste ponto, contudo, os pareceres emitidos por outras ERAE consultadas, solicitaram que estes fossem mais específicos, objetivos e mesuráveis, pelo que, a equipa irá manter em separado estas questões.</p>
	<p>Ponto 14: “Os RFCD apresentam unicamente a convergência entre os FCD e as QE dos PIER...os relatórios são omissos na demonstração do modo como foi realizada a análise integrada...”</p>	A respetiva análise integrada do QRE para identificação dos FCD, foi introduzida no relatório ambiental.
	<p>Ponto 17: “Considera-se que, no geral, os indicadores definidos necessitarão de ser mais ajustados e mais pormenorizados.”</p>	Procedeu-se ao ajuste dos indicadores, tornando-os mais objetivos, mensuráveis e pormenorizados.



		<p>Ponto 18: "...no que se refere ao critério de avaliação do FCD Qualidade do Ambiente designado "Domínio Hídrico", entende-se que deverá ser substituído por "Recursos Hídricos"..."</p> <p>"...o indicador relativo à qualidade da água, talvez fosse importante clarificar os parâmetros mais adequados tendo em conta a atividade industrial..."</p>	<p>Os comentários foram considerados e como tal procedeu-se às respetivas alterações, no encadeamento do relatório ambiental.</p>
		<p>Ponto 19: "...ausência de qualquer critério de avaliação relacionado com as alterações climáticas."</p>	<p>Foi adicionado ao FCD Qualidade do Ambiente, um critério de avaliação relativo às alterações climáticas.</p>
		<p>Ponto 20: "...são omissos quanto às fontes de informação que irão ser utilizadas para realizar a análise e avaliação dos FCD."</p>	<p>Relativamente às fontes de informação, estas são apresentadas no quadro da monitorização estratégica para cada fator crítico.</p>
		<p>Ponto 21: "...no Município de Vila Pouca de Aguiar, freguesia de Vreia de Jales, existe um estabelecimento abrangido pelo Regime Jurídico de Prevenção de Acidentes Graves...-MaxamPor - Estabelecimento de Armazenagem de Produtos Explosivos, S.A., de nível superior de perigosidade..."</p>	<p>A equipa considera pertinente a inclusão deste estabelecimento de produtos explosivos, pelo que será considerado no relatório ambiental.</p>

ANEXO II

Consulta Pública do Relatório Ambiental

Relatório de Ponderação

Ponderação dos comentários recebidos sobre o Relatório Ambiental

Entidade	Data	Principais aspetos focados	Comentário da Equipa AAE
Serviço Nacional de Saúde SNS	26 de abril de 2017	“...informa-se que nada temos a opor relativamente ao Relatório Ambiental apresentado...”	-
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	19 de abril de 2017	<p>Ponto 1: “ Há necessidade de corrigir, na página 86, penúltimo parágrafo...”</p> <p>Ponto 2: “...nada é referido sobre os solos existentes no perímetro do PIER...As condicionantes são abordadas de forma bastante superficial...”</p>	A equipa considerou os aspetos mencionados e procedeu às respetivas alterações.
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas ICNF	28 de abril de 2017	<p>Ponto 6: “...apesar de se terem detalhado mais indicadores para os critérios de avaliação... sendo em alguns casos desajustados: relativamente aos habitats classificados deve a unidade associar-se à área e não n.º; relativamente as espécies da fauna e flora será de equacionar a necessidade de censos de campos...”</p>	Procedeu-se ao ajuste das unidades de medida dos indicadores, tornando-os mais mensuráveis.
		<p>Ponto 7: “...em termos de propostas de implantação e de regulamento... deverá ser notado que serão acauteladas as implicações com a RN2000...salvaguardando as áreas afetas aos valores naturais em presença, com vista à sua manutenção...”</p>	A equipa concorda com o comentário e já havia tido em conta este aspeto, sendo a mesma exposta nas diretrizes a considerar com a implementação do plano.
		<p>Ponto 8.1: “...identificam-se as espécies da fauna e flora ocorrentes na área de intervenção, bem como o seu estatuto de conservação... ficou no entanto por referir a significativa presença de <i>Narcissus asturiensis</i>...”</p> <p>“...o relatório refere não existirem registos recentes relativamente à observação do lobo...não obstante, os dados referentes a alcateias, prejuízos e ocorrências apontam para a presença na área...”</p>	Foram corrigidas e adicionadas as espécies em falta no relatório ambiental, bem como os respetivos estatutos de conservação.



		<p>“...no grupo das aves, ... nada foi referido quanto à presença de <i>Aegypius monachus</i> (abutre-preto), espécie criticamente em perigo, na área de intervenção...”</p>	
		<p>Ponto 8.2: “...quanto à análise SWOT do FCD Património Natural, ... está elaborada visando a área do PIER em si, não focando a proposta do plano...”</p>	<p>Consideramos o comentário relativo a este ponto, contudo, a análise SWOT apresentada é integrada na análise tendencial da área de intervenção, revelando os pontos fracos e fortes da mesma sem aplicação do plano. Por forma a tornar esta ferramenta num recurso facilitador no processo iterativo das opções do projeto.</p>
		<p>Ponto 8.3: “...quanto à identificação dos efeitos dos impactos, a perspetiva seguida na análise SWOT afigura-se desalinhada... esta não foi pensada em função da instalação do projeto, mas do ponto de vista do território...”</p>	<p>O comentário foi considerado e procedeu-se à alteração/correção dos efeitos identificados.</p>
		<p>Ponto 8.5: “...as diretrizes para o FCD Património Natural... devem ser adequadas, claras e coerentes... importa que sejam clarificadas...”</p>	<p>A equipa considerou os comentários às diretrizes do FCD Património Natural, e procedeu à sua clarificação de acordo com as medidas apontadas pelo ICNF.</p>
		<p>Ponto 9: “...quanto ao FCD Riscos naturais...a melhoria e implementação de infraestruturas poderá apresentar vantagens na medida que criam facilidades no combate aos incêndios (não necessariamente na prevenção) ...”</p> <p>“...a diretrizes, a que propõe a salvaguarda de algumas ocupações dominantes de matos/incultos para a proteção e defesa da floresta contra incêndios afigura-se carecer de clarificação...”</p>	<p>O comentário foi considerado e corrigido no relatório.</p> <p>A equipa considerou retirar esta diretriz, visto que também lhe parece ininteligível e não se revelar vantajosa para a área de intervenção.</p>
		<p>Ponto 11: “No capítulo 11..., sugere-se que o 1.º parágrafo seja alterado para:...”</p>	

ANEXO III

Ata da Conferência Procedimental

Ata com o parecer da DGEG



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones, some with dates like '4/12' and '16/5'.

ACTA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Realizada nos termos do n.º 3 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Assunto: Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra

IDENTIFICAÇÃO DO PLANO:

Designação:	Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra
Localização:	Vila Pouca de Aguiar
Proc.º Administrativo	Pº OP_95/2017
Data:	16 de maio de 2018

ATA

No dia 16 de maio de 2018, pelas 10:30 horas, reuniram, nas instalações da Estrutura Sub Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), em Vila Real, para apreciarem e emitir parecer sobre a proposta do plano de pormenor supra mencionado as seguintes entidades:

Entidade	Representante
CCDRN Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Arq.º Adriano Ferreira
Direção-Geral do Território	Eng.º José Saavedra
Agência Portuguesa do Ambiente	Arq.º Pais. André Nascimento
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	Eng.º Mário Rui Duro
Direção Geral de Energia e Geologia	Eng.º Paulo Pita





Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar

Dr.ª Silvana Rodrigues

Eng.º Carlos Saraiva

Dr. Nuno Pereira

Não esteve presente o representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, tendo remetido o seu parecer, que se anexa à presente ata, passando a constituir o Anexo I.

Não estiveram presentes nem emitiram parecer os representantes das seguintes entidades:

Infraestruturas de Portugal, S. A.

Rede Elétrica Nacional, S. A.

Anacom – Autoridade Nacional de Comunicações

O Arq.º Adriano Ferreira deu início à Conferência Procedimental, solicitando a pronúncia das entidades presentes sobre a documentação que integra o Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra.

O Representante da Direção Geral de Energia e Geologia emite parecer favorável condicionado à proposta de plano, e irá proceder ao envio das correções a inserir na versão final do plano.

O Representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas emite parecer favorável condicionado às questões expressas no parecer escrito que se anexa à presente ata e que passa a constituir o Anexo II.

O Representante da Agência Portuguesa do Ambiente emite parecer favorável condicionado às questões expressas no parecer escrito que se anexa à presente ata e que passa a constituir o Anexo III.

O Representante da Direção-Geral de Território emite parecer favorável condicionado às questões expressas no parecer escrito que se anexa à presente ata e que passa a constituir o Anexo IV.

O parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte é anexado à presente ata, passando a constituir o Anexo V, transcrevendo-se aqui a sua conclusão:

“Em face do que consta do teor da presente informação elaborada sobre a proposta do Plano de Pormenor de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra,



[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'J.', 'AN', 'Q.', and 'e Z.P.']

e verificada a conformidade com as disposições de Plano Diretor Municipal em vigor, propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado à introdução das correções e acertos constantes do presente parecer.”

Pelas 12:00 horas, o representante da CCDRN deu por finda a reunião, tendo sido elaborada a presente ata, que foi aprovada e vai ser assinada por todos os presentes.

Entidade	Representante
Direção-Geral do Território	<i>[Handwritten signature]</i>
Agência Portuguesa do Ambiente	<i>[Handwritten signature]</i>
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.	<i>[Handwritten signature]</i>
Direção Geral de Energia e Geologia	<i>[Handwritten signature]</i>
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar	<i>[Handwritten signature]</i> <i>[Handwritten signature]</i> <i>[Handwritten signature]</i>
CCDRN Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	<i>[Handwritten signature]</i>

Anexos:

Anexo I: Parecer da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Anexo II: Parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Anexo III: Parecer da Direção Geral do Território

Anexo IV: Parecer da Agência Portuguesa do Ambiente

Anexo V: Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte



ANEXOS



Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER) da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra

Conferência Procedimental

Parecer:

Compulsada a documentação disponibilizada na plataforma colaborativa da CCDRN relativa ao PIER em epígrafe, constatamos que na área delimitada existem duas manchas de solo classificado como RAN totalizando 23,7ha.

Embora a exploração de recursos geológicos se encontre prevista nos usos excepcionados no Regime Jurídico da RAN (alínea e) do nº 1 do artigo 22º do DL 73/2009, de 31 de março alterado pelo DL 199/2015, de 16 de setembro), sujeita a parecer prévio vinculativo da Entidade Regional Norte da RAN, não são assinaladas interferências da “exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra” com solos classificados como RAN.

Face ao exposto, a DRAPN emite parecer favorável ao PIER da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra.

Braga, 15 de maio de 2018

O representante da DRAP-Norte

Luís A.M. Brandão Coelho, Eng.

ICNF, I.P.	SAÍDA
DATA 15.05.2018	
Nº 26838	

Exm^a. Senhora
Chefe de Divisão da Estrutura Sub-Regional de
Vila Real
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Norte – CCDRN
Largo Conde de Amarante
5000 - 529 – VILA REAL
(adriano.ferreira@ccdr-n.pt)

SUA REFERÊNCIA
V/email

SUA COMUNICAÇÃO DE
20/04/2018

NOSSA REFERÊNCIA
26838/2018/DCNF-N/DPAP

ASSUNTO RESPOSTA A PEDIDO DE PARECER – CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL SOBRE PLANO DE PORMENOR (PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA DE RECURSOS GEOLÓGICOS DA SERRA DA FALPERRA)

Em resposta ao pedido de parecer relativo ao V/email identificado em epígrafe, e depois de analisados os respetivos elementos disponibilizados na plataforma PMOT da CCDRN, refere-se a V.Ex^a o seguinte:

2 - Planta de Condicionantes:

A legenda desta cartografia relativa ao Regime Florestal, deverá ser corrigida para: Regime Florestal – perímetro florestal da Serra da Padrela.

Verifica-se ainda, que a cartografia relativa às classes de perigosidade está desatualizada, porquanto não segue a classificação de risco de incêndio do PMDFCI em vigor (2ª geração).

2 - Regulamento:

a) O artº 12º, relativo aos “Usos e atividades admitidos”, deve mencionar o seguinte:

i) - Considerando que a área abrangida pelo Plano de Intervenção em Espaço Rústico para a Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos de Telões (PIER-AECRGSF) integra áreas da Rede Natura 2000 do Sítio de Importância Comunitária Alvão/Marão – PTCON0003, deve ser introduzido no artº 12º um ponto com a seguinte redação “Na área do PIER-AECRGSF estão condicionados a parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), as ações, atividades ou projetos, constantes do anexo V do regulamento do PDM de Vila Pouca de Aguiar – Aviso nº 12613/2012, DR, 2ª série, nº 183, de 20 de setembro de 2012”;

ii) - Considerando ainda que a área abrangida pelo PIER-AECRGSF integra também, em parte, áreas do submetidas a Regime Florestal, que não foram desafetadas dessa servidão pública, deve ser introduzido no artº 12º um ponto com a seguinte redação “Nas áreas do PIER-AECRGSF pertencentes ao perímetro florestal da Serra da Padrela, estão condicionados a parecer do ICNF quaisquer





intervenção que interfira com a gestão daquela servidão pública, designadamente os usos e atividades definidas nos artigos seguintes do presente regulamento”;

- b) Face ao disposto na alínea anterior, deve ser excluído do regulamento o artº 18º;
- c) A implementação das faixas arborizadas previstas no artº 21º deve assegurar o definido no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei nº 76/2017, de 27 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação nº 27/2017, de 2 de outubro, nomeadamente em matéria do seu anexo – gestão de combustível nas faixas secundárias -, o Decreto-Lei nº 10/2018, de 14 de fevereiro;
- d) No artº 25º (Medidas de defesa contra incêndios florestais), deve constar que, as faixas de gestão de combustíveis previstas no artº 15º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pela Lei nº 76/2017, de 27 de agosto, devem estar inseridas no território delimitado do PIER-AECRGSF.

3 - Relatório e Avaliação Ambiental Estratégica:

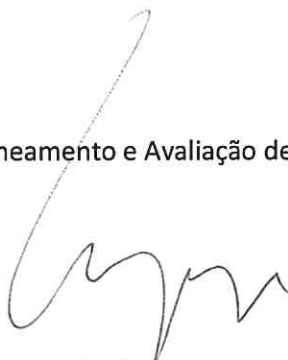
Deve o conteúdo dos respetivos relatórios serem compatibilizados com as observações e alterações acima mencionadas.

CONCLUSÃO

Em conformidade com o exposto, o ICNF emite à proposta do Plano de Pormenor (Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra), **parecer favorável condicionado** à realização das alterações e retificações mencionadas neste parecer.

Com os melhores cumprimentos,

Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos do Norte



Luísa Jorge

Exmo. Senhor
Presidente da CCDR Norte
A/C Dr. Adriano Ferreira
Estrutura Sub-Regional de Vila Real

Largo Conde de Amarante
5000-529 VILA REAL

Nossa refª/Our ref.:
111/ DSGCIG-DCart

Sua refª/Your ref.:
Email de <adriano.ferreira@ccdr-n.pt>

Ofº. Nº:
S-DGT/2018/2162
08-05-2018

20-14-2018

Assunto: Parecer da DGT – Plano de Pormenor - Plano de Intervenção no Espaço Rústico (PIER) da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra – Vila Pouca de Aguiar

Na sequência da vossa solicitação através do email acima referenciado, e após apreciação efetuada sobre documentação em formato digital disponibilizada na Plataforma Colaborativa da CCDR-N, relativa ao Plano em epígrafe, vimos informar o seguinte:

1- Rede Geodésica

- 1.1 Todos os vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional (RGN) e todas as marcas de nivelamento pertencentes à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão (RNGAP), são da responsabilidade da Direção-Geral do Território (DGT). A RGN e a RNGAP constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional e encontram-se protegidas pelo Decreto Lei nº 143/82 de 26 de Abril.
- 1.2 Relativamente à RGN, deverá ser respeitada a zona de proteção dos marcos, que é constituída por uma área circunjacente ao sinal, nunca inferior a 15 metros de raio e assegurado que as infraestruturas a implantar não obstruem as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação. Caso se verifique que no desenvolvimento deste projeto seja indispensável a violação da referida zona de respeito de algum vértice geodésico, deverá ser solicitado à DGT um parecer sobre a análise da viabilidade da sua remoção.
- 1.3 Dentro do limite deste Plano de Pormenor existe apenas um vértice geodésico, cujas coordenadas PT-TM06/ETRS89 se enviam em anexo.
- 1.4 Da análise da documentação remetida, nomeadamente da Planta de Condicionantes, verificou-se que este vértice geodésico não se encontra representado.

Nossa refª/Our ref.:

111/DSGCIG-DCart

Of. Nº:

5-DGT/2018/2162

Sendo assim, solicita-se o envio de uma nova Planta de Condicionantes.

- 1.5 No que respeita à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, informa-se que dentro do limite da área de intervenção deste Plano de Pormenor não existem marcas de nivelamento.

2- Cartografia

Relativamente à Cartografia, não há nada a referir.

3- Limites Administrativos

No âmbito da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), verifica-se o seguinte:

- 3.1 O território abrangido por este PP/PIER insere-se nas freguesias de Vreia de Jales e Telões, ambas do município de Vila Pouca de Aguiar.
- 3.2 Da análise das peças desenhadas apresentadas, os limites administrativos encontram-se representados e existe referência à CAOP utilizada, a CAOP2015.

3- Conclusão

O parecer da DGT é favorável condicionado à correta representação do vértice geodésico na Planta de Condicionantes, conforme referido em 1.4 de 1- Rede Geodésica.

Mais se informa, que o representante da DGT na Conferência Procedimental a realizar no próximo dia 16 de maio, em Vila Real, será o Eng.º José Eduardo Saavedra, Chefe da Delegação Regional do Norte da DGT.

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral



Mário Caetano

Por delegação, conforme Despacho nº 2626/2017, de 14 de fevereiro, publicado na 2ª série do Diário da República, Nº 63, de 29 de março de 2017.

Anexo: Vértice Geodésico e respetivas coordenadas PT-TM06/ETRS89, referido em 1.3

Nossa ref^a/Our ref.:
111/DSGCIG-DCart
Of. N^o:
S-DGT/2018/2162

Vértices Geodésicos
Coordenadas ETRS89/PT-TM06

Nome	Folha 50K	M (m)	P (m)	Alt. Ort. Topo (m)
CABREIRO	10B	41698.19	194126.60	1135.72

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Norte
Largo Conde de Amarante - Edifício do Governo Civil
- 1º Andar, Ala Esq.

5000-529 - Vila Real

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S031017-201805-ARHN.DDI

ARHN.DDI.00745.2018

**Assunto: PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO
CONSOLIDADA DE RECURSOS GEOLÓGICOS DA SERRA DA FALPERRA**

No âmbito da Proposta de Plano de Pormenor - **PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA DE RECURSOS GEOLÓGICOS DA SERRA DA FALPERRA** analisados os elementos disponibilizados pela Autarquia, considera-se, no âmbito dos recursos hídricos, de referir o seguinte:

APRECIAÇÃO

Após a análise dos documentos contidos no Plano de Intervenção em Espaço Rústico (PIER) da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra, constatou-se o seguinte:

- São propostas áreas de proteção a linhas de água, buffers de 10 m, como medida de defesa de valores naturais, assim como a definição de espaços agroflorestais no enquadramento das áreas exploradas;
- No âmbito dos recursos hídricos são identificadas fragilidades relacionadas com o abastecimento de água e tratamento de afluentes;
- A área de reserva da serra da Falperra, de acordo com a caracterização feita até aqui, possui um nível de cobertura infraestrutural bastante deficitário, do qual se levanta a questão do abastecimento, assim como do tratamento de efluentes dos núcleos extrativos implantados;
- Na área de estudo, assim como nas proximidades, não existem quaisquer redes de abastecimento de águas para consumo humano nem sistemas de recolha e tratamento de efluentes domésticos, nem está prevista a sua implantação;

(Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento)



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AMBIENTE

Rua Formosa, 254, 4049-030 Porto

Telefone 223 400 000 / Fax 223 400 010

email: arhn.geral@apambiente.pt

- Todas as explorações que se encontram devidamente regulamentadas ou adaptadas ao Decreto-lei n.º 270/2001, de 16 de Março e ao Decreto-lei n.º 340/2007, de 12 de outubro possuem fossa estanque que, quando atinge o seu limite é esvaziada pelos serviços municipais a pedido dos exploradores. Efetivamente a forma mais comum de salvaguardar a questão infraestrutural nesta matéria, em áreas que não estão capacitadas com as mesmas, é através da colocação de instalações sociais móveis que tenham acoplado um sistema de recolha que permite, posteriormente, encaminhar para sistemas de esgoto municipalizados.

O plano prevê impactos sobre o domínio hídrico nomeadamente, na coincidência de áreas de exploração com as servidões administrativas e restrições de utilidade pública:

- Reserva Ecológica Nacional (REN) – *Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos*
Cabeceiras de linha de água – 572,2ha são abrangidos por este sistema.
Áreas de máxima infiltração – Este sistema integra 14,9ha da Área de Reserva.
- Domínio Hídrico (D.H.) leitos e cursos de água e margens de cursos de água;

De acordo com o relatório poderá ocorrer uma interferência pontual com a zona terrestre de proteção das albufeiras de águas públicas. Assim, informa-se que nas áreas coincidentes com a zona terrestre de proteção das albufeiras de águas públicas deverá atender-se ao disposto no regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público, publicado pelo Decreto-lei n.º 107/2009 de 15 de maio, ao nível dos usos e atividades permitidas e condicionadas:

Realçando-se que nestes casos, de acordo com o regime jurídico de proteção das albufeiras de águas públicas, Decreto-Lei n.º 107/2009 de 15 de Maio, nos termos que constam no Artigo 20.º, na alínea g) «*constituem actividades condicionadas, na zona terrestre de protecção das albufeiras de águas públicas a realização de actividades de prospecção, pesquisa e exploração de massas minerais;*» estando as mesmas sujeitas a parecer prévio vinculativo por parte da ARH Norte.

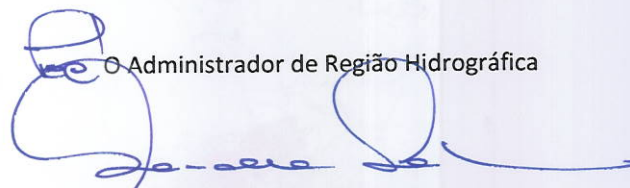
Constituem igualmente atividades interditas, tal como é descrito na alínea e) do Artigo 19: «*A prática de actividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente, nomeadamente as mobilizações de solo não realizadas segundo as curvas de nível, a constituição de depósitos de terras soltas em áreas declivosas e sem dispositivos que evitem o seu arraste;*»

Considera-se que as questões mais sensíveis relacionadas com o impacto sobre os recursos hídricos são identificadas nas contaminações resultantes da exploração, na falta de tratamento de efluentes, na gestão de águas pluviais em

zonas de extração de inertes e na futura intervenção de requalificação paisagística das áreas extrativas, cuja eficácia se desconhece.

Face ao exposto, relativamente à proposta de Plano de Plano apresentada, comunica-se a Vossa Excelência que a APA I.P./ARHN, no âmbito da afetação de recursos hídricos, emite parecer favorável condicionado ao disposto na alínea e) que deverá atender ao disposto no Decreto-lei n.º 107/2009 de 15 de maio e à implementação de um conjunto de boas práticas a adotar nas áreas exploradas:

- Os efluentes resultantes das explorações, suscetíveis de contaminação de linhas de água devem ser alvo de tratamento adequado, acautelando a integridade dos aquíferos;
- A execução da Requalificação paisagística da área do Plano deve acautelar a reposição das linhas de drenagem superficial através de trabalhos de modelação do terreno, para um estado o mais próximo possível da condição inicial;
- Deve proceder-se à descompactação mecânica dos solos nas zonas que forem mais solicitadas pela circulação de veículos, de forma a aumentar a sua permeabilidade e restabelecer os índices de infiltração normais;
- Devem ser implementadas ações de descompactação e arejamento regulares, de forma a obter um melhor índice de infiltração nessas zonas;
- Deve ser evitado o risco de contaminação de linhas de água sendo acauteladas zonas impermeabilizadas para operações de transferência de combustível, armazenamento de óleos e hidrocarbonetos, bem como garantida a impermeabilização das bacias de retenção.



O Administrador de Região Hidrográfica

Sandra Sarmento
Chefe de Divisão

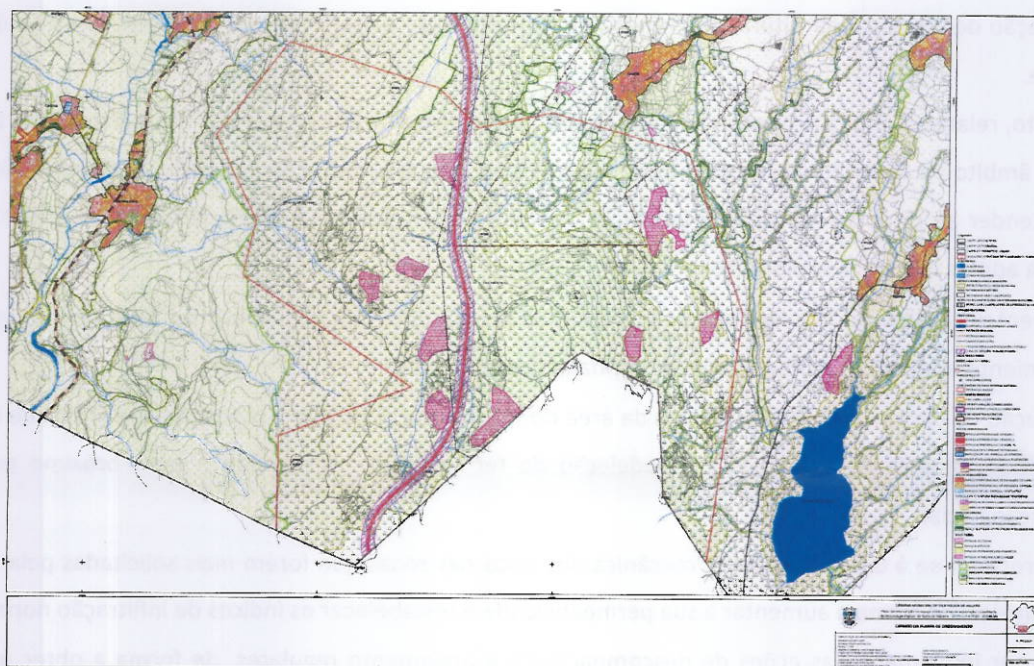


Figura 1: Extrato da planta de ordenamento

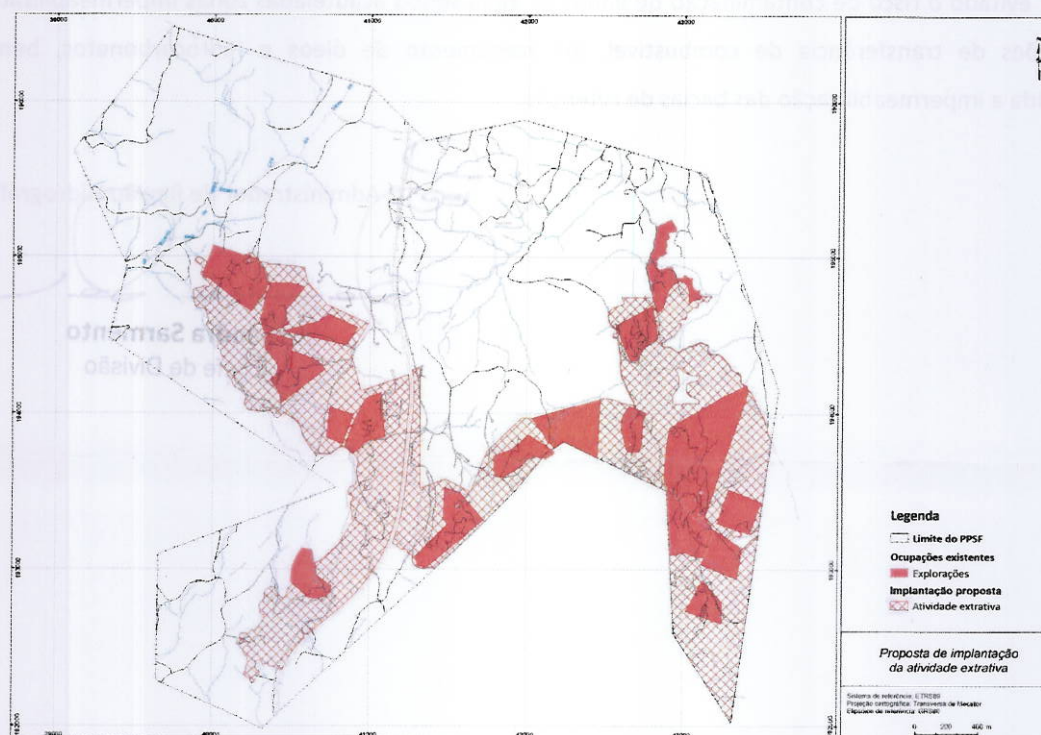


Figura 2: Extrato da planta de implantação da atividade extrativa

À consideração da Senhora DSOT, com proposta de emissão de parecer favorável condicionado à introdução das correções e acertos constantes do presente parecer.

15.05.2018

Chefe de Divisão ESRVR/GTM Douro

Maria Helena Teles

Maria Helena Teles

Diretora de Serviços de Ordenamento de Território

Maria Cristina Guimarães

Maria Cristina Guimarães

Informação n° INF_ESRVR_AF_4549/2018

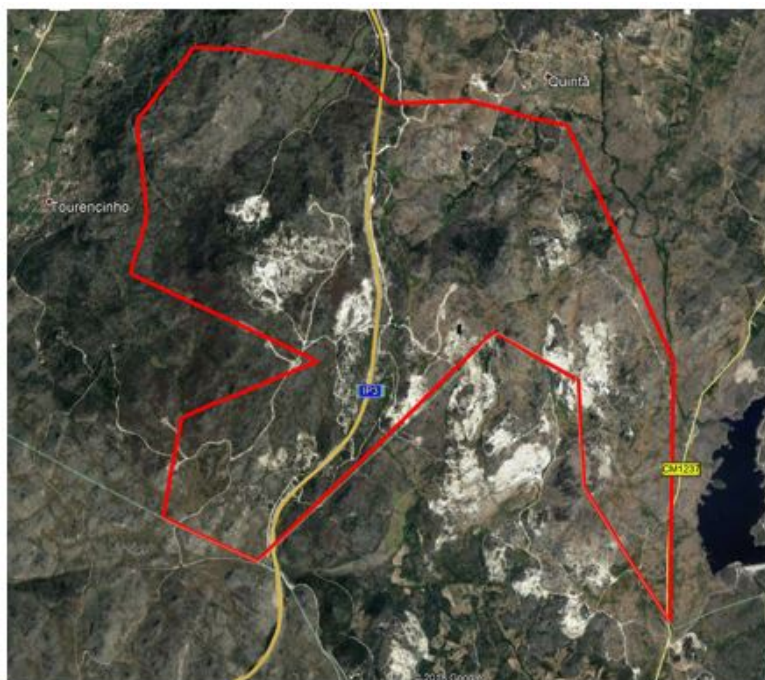
Proc. n° OP_95/2017

Data 14-05-2018

Assunto PLANO DE PORMENOR – PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA DE RECURSOS GEOLÓGICOS DA SERRA DA FALPERRA

I. INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra, apresentou a proposta de plano para sujeição a parecer, no âmbito da conferência procedimental a realizar no dia 16 de maio de 2018.

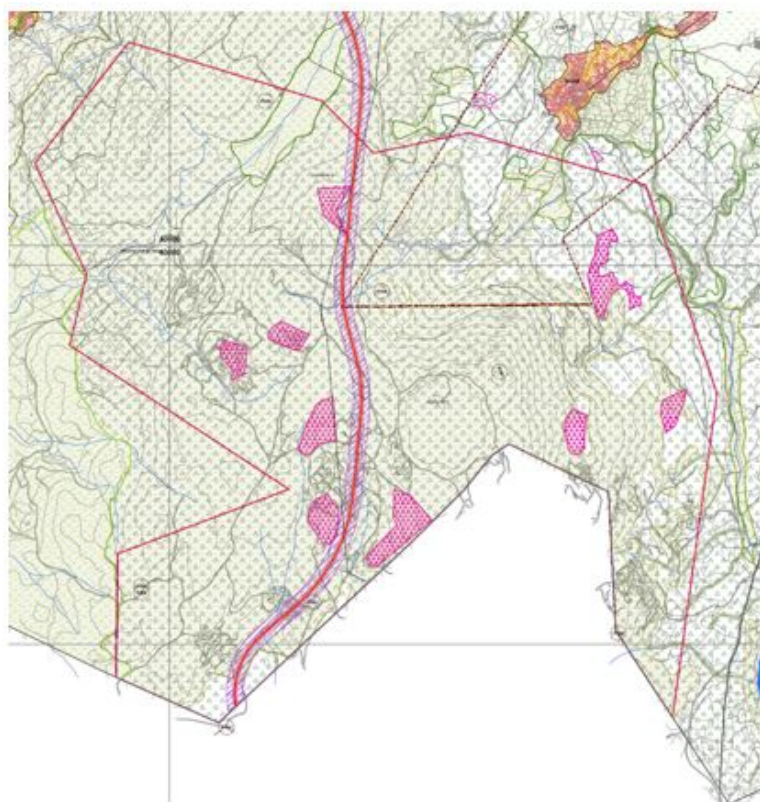


Vista aérea

2. INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO DE ORDEM SUPERIOR

2.1. PDM

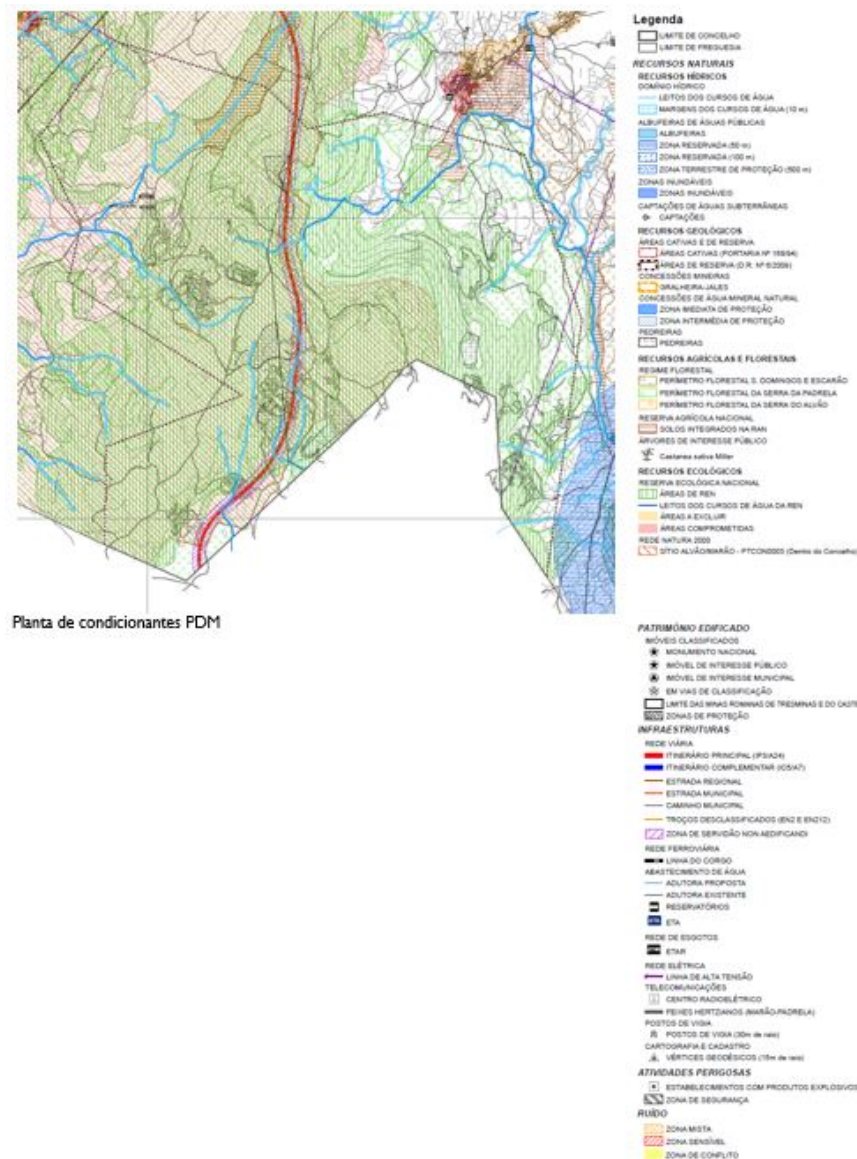
2.1.1. Planta de Ordenamento



Planta de ordenamento PDM

Legenda	
	LIMITE DE CONCELHO
	LIMITE DE FREGUESIA
	LIMITE DO PERÍMETRO URBANO
	UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO
	ALBUFEIRAS
	ZONAS INUNDÁVEIS
	ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL
	BENS PATRIMONIAIS IMÓVEIS
	PATRIMÓNIO NÃO CLASSIFICADO
	EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES DE INTERESSE MUNICIPAL
	INFRAESTRUTURAS
	REDE VIÁRIA
	ITINERÁRIO PRINCIPAL (IP3/A24)
	ITINERÁRIO COMPLEMENTAR (IC5/A7)
	ESTRADA REGIONAL
	ESTRADA MUNICIPAL
	CAMINHO MUNICIPAL
	TROÇOS DESCLASSIFICADOS (EN2 e EN212)
	ZONA DE SERVIÇO NON AEDIFICANDI
	REDE FERROVIÁRIA
	LINHA DO CORÇO
	CICLOVIA
	PARQUE EÓLICO
	AEROGERADORES
	ÁREAS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA
	ÁREAS DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA
	ÁREAS DE INDÚSTRIA EXTRATIVA
	ÁREAS EM RECUPERAÇÃO
	SOLO URBANO
	SOLOS URBANIZADOS
	ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL I
	ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL II
	ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE NÍVEL III
	ESPAÇOS DE INTERESSE PATRIMONIAL
	ESPAÇOS DE USO ESPECIAL EXISTENTES
	ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS EXISTENTES
	ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EXISTENTES
	ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EXISTENTES
	SOLOS URBANIZÁVEIS
	ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE EXPANSÃO DE NÍVEL I
	ESPAÇOS RESIDENCIAIS DE EXPANSÃO DE NÍVEL II
	ESPAÇOS DE USO ESPECIAL PROPOSTOS
	ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS PROPOSTAS
	ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PROPOSTOS
	ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO PROPOSTOS
	ESPAÇOS VERDES
	ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
	ESPAÇOS VERDES DE ENQUADRAMENTO
	ESPAÇOS VERDES DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA
	SOLO RURAL
	ESPAÇOS CULTURAIS
	ESPAÇOS NATURAIS
	ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS
	ESPAÇOS DE RECURSOS GEOLÓGICOS
	ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS

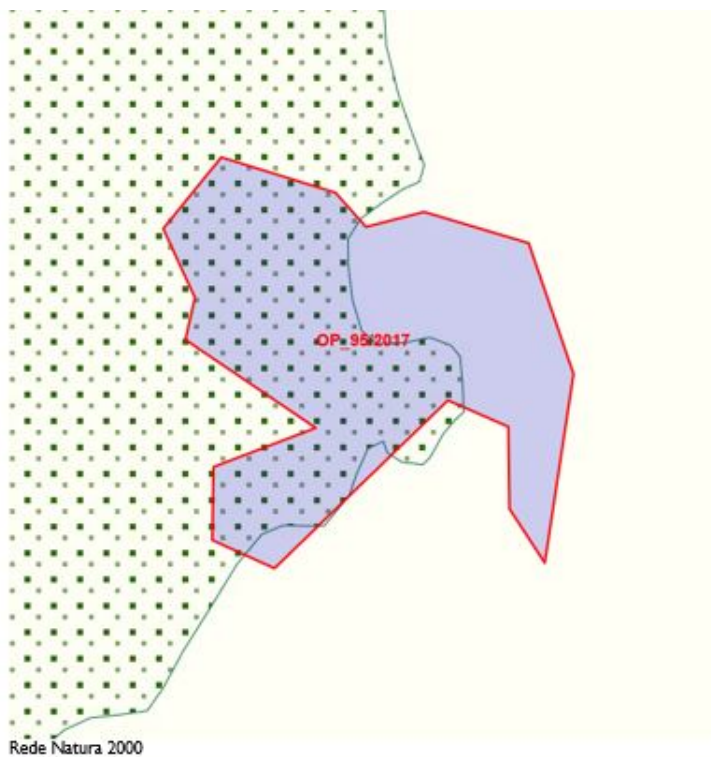
2.1.2.Planta de Condicionantes



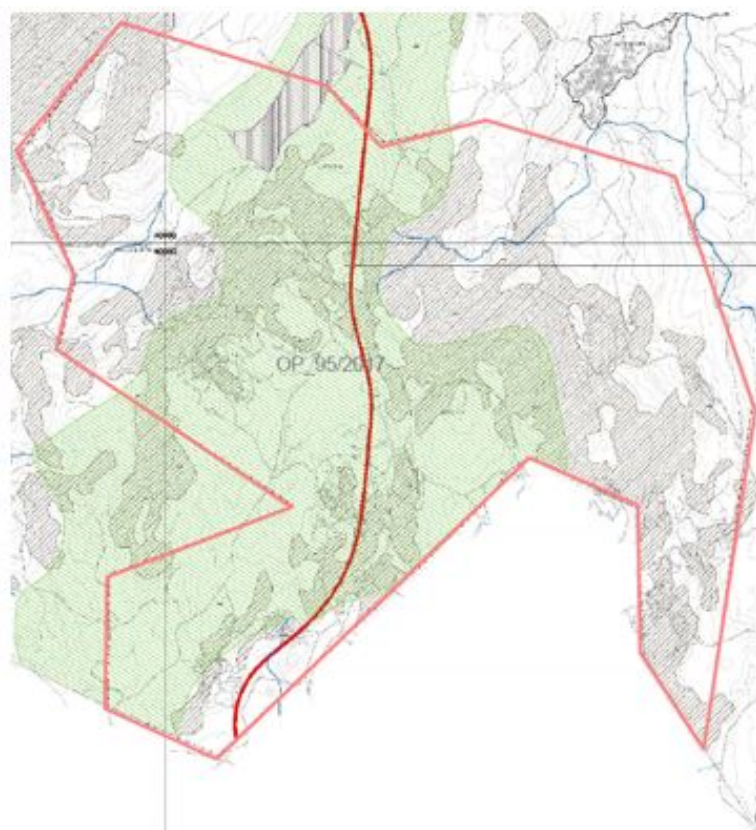
A planta de condicionantes do PDM não se encontra entre as peças para inclusão no plano previstas no artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, sendo aqui representada para que aferição com as condicionantes transpostas para a planta de condicionantes do plano.

3. OUTRAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS

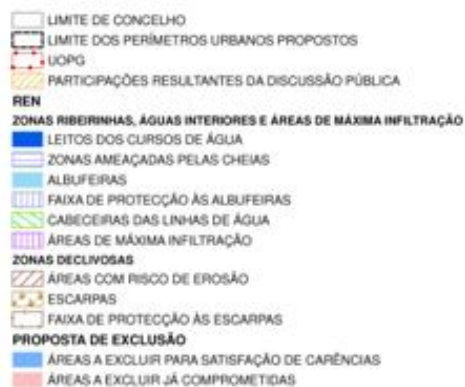
3.1. Rede Natura 2000



4.RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL



Extrato Carta REN



A Reserva Ecológica Nacional para o concelho de Vila Pouca de Aguiar foi aprovada através da Portaria n.º 176/2013, de 9 de maio.

A análise do extrato da área do plano permite verificar a incidência de solos integrantes da Reserva Ecológica Nacional, não sendo proposta qualquer alteração da sua delimitação.

5.ENQUADRAMENTO

5.1.Enquadramento e âmbito



A tramitação do processo é feita nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em conjugação com as disposições aplicáveis e previstas na Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo aprovada através da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

O Plano de Pormenor de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra, que agora se pretende aprovar decorre da aplicação das disposições previstas na UOPG 9 – Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra, estabelecida no Artigo 77.º - Conteúdo programático, do Regulamento do PDM e respetiva planta de ordenamento, aprovado através do Aviso n.º 12613/2012, de 20 de setembro

O plano estabelece no artigo 3.º do seu regulamento os seguintes objetivos genéricos e respetiva estratégia:

1. Valorização e requalificação ambiental de uma área destinada às indústrias extrativas e às suas atividades complementares;
2. Integração e articulação das diferentes entidades com responsabilidades na gestão desta área de modo a compatibilizar os diferentes interesses em presença;
3. Criação de pequenas áreas com capacidade edificatória e redes de infraestruturas que sirvam as indústrias aí localizadas, respetivas instalações e equipamentos de apoio;
4. Elaboração de uma estratégia integrada de recuperação das áreas já exploradas, onde se deve proceder à recuperação paisagística e ambiental, bem como a definição de orientações para futuros licenciamentos.

No que se refere à incidência de condicionantes, a área do Plano de Pormenor encontra-se abrangida pelas seguintes servidões administrativas ou restrições de utilidade pública:

- a) Reserva Ecológica Nacional
Cabeceiras das linhas de água
Áreas de máxima infiltração
Áreas com risco de erosão;
- b) Rede Natura 2000 – Sítio Alvão/Marão PTCN0003;
- c) Áreas cativas de reserva – áreas de reserva;
- d) Rede Viária – A24;
- e) Domínio Hídrico
Leitos e cursos de água
Margens de cursos de água;
- f) Rede Elétrica;
- g) Telecomunicações;
- h) Pedreiras;
- i) Reserva Agrícola Nacional;
- j) Regime Florestal – Perímetro florestal da Serra da Padrela;
- k) Postos de Vigia – Posto de vigia do Cabreiro;
- l) Povoamentos florestais percorridos por incêndios nos últimos 10 anos;
- m) Risco de incêndio florestal: classes de perigosidade.

Do ponto de vista de instrumento de gestão do território de ordem superior em vigor, a área está abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

5.2.Procedimento e avaliação ambiental

A Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar deliberou proceder à elaboração do Plano de Pormenor de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra em reunião pública de 26 de junho de 2014, conforme consta do teor do Aviso n.º 4745/2015, de 30 de abril.

No que se refere à sujeição a avaliação ambiental, a Câmara Municipal aprovou a sua sujeição a avaliação ambiental, embora tal não conste do Aviso atrás referido.

Sobre este assunto foi solicitada a pronúncia da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

O Aviso n.º 4745/2015, de 30 de abril não refere expressamente a decisão sobre não sujeição a avaliação ambiental do Plano de Pormenor, conforme previsto no n.º 3 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

6.PROPOSTA

6.1.Constituição do plano

Elementos constituintes:

Regulamento do Plano;

Planta de Implantação;

Planta de Condicionantes.

O Plano é ainda acompanhado pelas seguintes peças escritas e desenhadas:

Relatório;

Execução do Plano:

- Programa de execução;
- Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.

Planta de Localização

Planta da situação existente

Extrato da Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal

Declaração comprovativa da inexistência de compromissos urbanísticos

Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório de ruído

Ficha de dados estatísticos – Modelo Direção-Geral do Território;

Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação

6.2.Enquadramento geral

A presente proposta de plano adota como estratégia para a concretização dos objetivos já anteriormente enunciados, as seguintes linhas estratégicas:

1. Hierarquização do espaço territorial em função dos seus atributos e potencialidades e da importância dos valores existentes, conciliando os diferentes interesses;
2. Priorizar as áreas já abertas em termos de lavra, exploradas ou paradas, aumentando a racionalização da exploração económica do território;

3. Assegurar a adequação das infraestruturas, nomeadamente rodoviárias e de tratamento de efluentes, às explorações atuais e futuras, em função da sua implantação no território;
4. Planear e regular outras atividades que acrescentem valor às funções principais do território, decorrentes destas ou com estas compatíveis;
5. Compatibilizar as atividades extrativas com uma maior qualificação paisagística da envolvente, assegurando regras que diminuam impacto negativo da abertura de "feridas" na paisagem.

O território abrangido pelo Plano é constituído na íntegra por solo classificado como rural.

6.3. Proposta

A proposta de plano apresentada pretende atender aos objetivos gerais previamente definidos no Plano Diretor Municipal para a UOPG 9 e transpostos para os termos de referência da sua elaboração, de modo a ser possível a valorização e requalificação ambiental numa área destinada a indústria extrativa.

Os objetivos previstos para a UOPG 9 estabelecem a valorização e requalificação ambiental de uma área destinada às indústrias extrativas e às suas atividades complementares; integração e articulação das diferentes entidades com responsabilidades na gestão desta área de modo a compatibilizar os diferentes interesses em presença; criação de pequenas áreas com capacidade edificatória e redes de infraestruturas que sirvam as indústrias aí localizadas, respetivas instalações e equipamentos de apoio; elaboração de uma estratégia integrada de recuperação das áreas já exploradas, onde se deve proceder à recuperação paisagística e ambiental, bem como a definição de orientações para futuros licenciamentos.

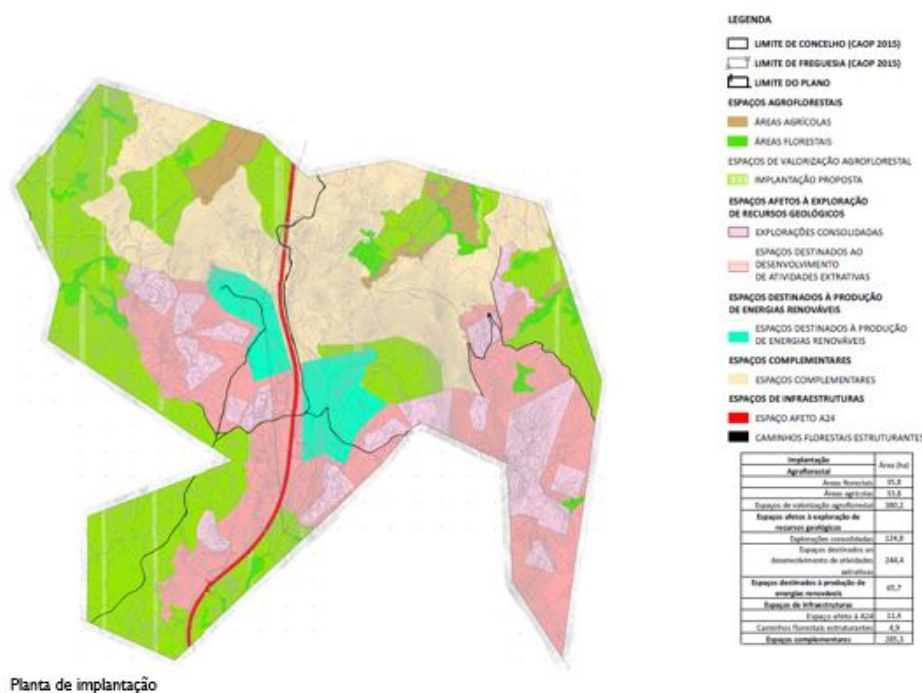
A proposta de Plano decorrente dos termos definidos para a UOPG 9 procura garantir o equilíbrio entre as atividades industriais desenvolvidas na área do plano com outros usos que conferem valor ao território e os valores naturais e paisagísticos em presença, procurando estabelecer um conjunto de implantações espaciais que reflitam a localização preferencial e a propor no território, sempre com um princípio de concentração e eficiência, sem contudo descuidar o objetivo de ordenar e requalificar esses mesmos usos em equilíbrio com a componente ambiental.

A área do plano será, de acordo com a proposta, priorizada em cinco implantações dominantes: agroflorestais, exploração de recursos geológicos, produção de energias renováveis, infraestruturas e espaços complementares embora apenas os espaços agroflorestais e os espaços afetos à exploração de recursos geológicos possuam propostas de implantação decorrentes da análise aos descritores, enquanto as demais correspondem a ocupações que já têm materialização espacial na área do Plano.

De acordo com os elementos apresentados, a proposta traduz um aumento dos valores agroflorestais e de exploração de recursos geológicos e uma diminuição dos espaços complementares.

A proposta apresentada encontra-se em conformidade com as orientações estratégicas definidas inicialmente e decorrentes dos objetivos estabelecidos para a UOPG 9, no sentido de hierarquizar o território em função dos seus valores e capacidades, quer na perspetiva de equilibrar o seu uso numa área em que colidem diferentes interesses e valores.

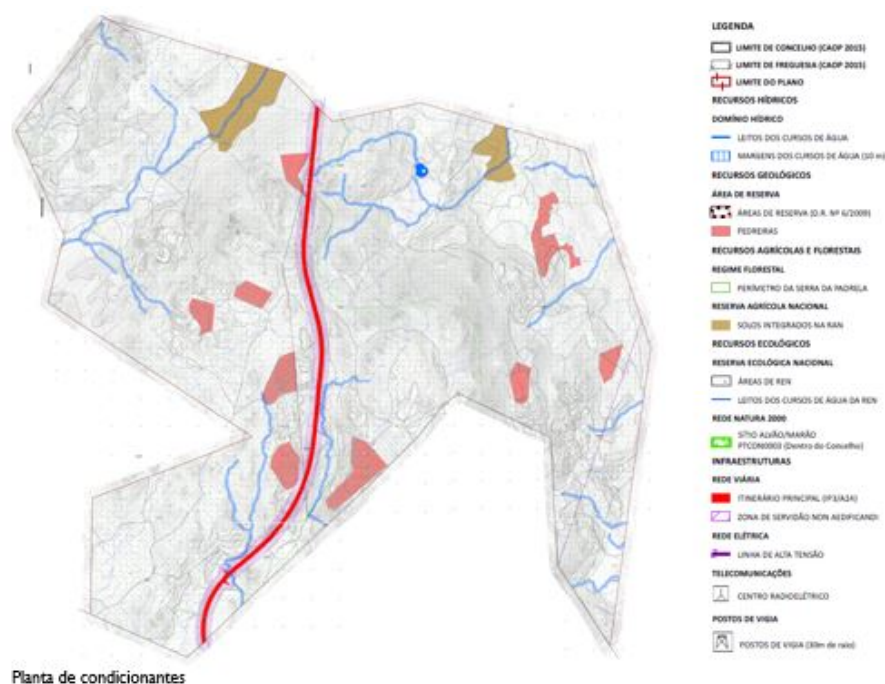
6.4. Planta de Implantação



A planta de implantação não estabelece expressamente os elementos previstos na alínea b) do artigo 107.º de Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, como sejam os alinhamentos e o polígono base para a implantação de edificações, a altura total das edificações ou a altura das fachadas, o número de pisos, o número máximo de fogos, a área de construção e respetivos usos, a demolição e manutenção ou reabilitação das edificações existentes, embora defina a localização dos equipamentos, dos espaços verdes e de outros espaços de utilização coletiva, sem especificar a sua natureza.

No entanto, dadas as características específicas do plano de intervenção no espaço rústico, e dada a fixação de regras sobre edificabilidade através do regulamento, somos de parecer que não há qualquer impedimento a esta forma de representação.

6.5.Planta de Condicionantes



A planta de condicionantes transpõe as condicionantes constantes da planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal.

6.6.Regulamento

6.6.1.Observações, sugestões e recomendações

Da caducidade do procedimento de elaboração do PP

Constata-se a partir do Aviso n.º 4745/2015, de 30 de abril que foi deliberado, em 26 de junho de 2014, pela Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, um prazo de 730 dias para a elaboração do PIER, prazo esse que já findou.

Desconhece-se se o referido prazo foi prorrogado pela Câmara Municipal por igual período, nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o que deve ser esclarecido. Note-se que ultrapassados os 730 dias (a contar da entrada em vigor do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, ou seja, 13 de julho de 2015) sem que o PIER tenha sido aprovado pela Assembleia Municipal (artigo 92.º do DL 80/2015), ou, sem que tenha sido prorrogado o referido prazo, ocorre a caducidade do procedimento (cfr. n.º 7 do artigo 76.º do citado diploma legal).

Dos indicadores qualitativos e quantitativos

A proposta de plano deve ser colmatada, no sentido de passar a incluir os indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista no cap. VIII do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (cfr. n.º 7 do artigo 107.º do citado diploma).

Do Regulamento

1. No n.º 2 do artigo 10.º e demais normas «por ex. n.º 5 do artigo 13.º, n.º 8 do artigo 14.º, n.º 3 do artigo 16.º, artigo 18.º e n.º 2 do artigo 19.º» remete-se para o Plano Diretor Municipal (PDM). Recomenda-se que no PIER se indiquem as regras que se aplicam na área do plano, evitando-se remissões para o PDM. De facto, deve ser o PP a estabelecer as regras de ocupação na área de intervenção, facilitando-se dessa forma a sua aplicação. A manterem-se as remissões, (técnica legislativa que torna pouco claro o regime do uso do solo estabelecido para a área de intervenção, dificultando a aplicação do plano) aconselha-se que se indique(m) expressamente a(s) norma(s) do PDM que deve(m) ser observada(s), evitando-se, também, expressões como “nomeadamente”. Ver n.º 2 do artigo 10.º e n.º 2 do artigo 19.º.
2. No n.º 10 do artigo 14.º e n.º 3 do artigo 21.º é feita menção à área delimitada na planta de implantação como BRL, o que não se verifica. Pelo que deve ser assinalada na referida planta a área indicada.
3. No plano não se assinalam as áreas a integrar em domínio público municipal, prevendo-se no n.º 2 do artigo 19.º (que versa sobre as condições gerais de edificabilidade) que no licenciamento ou admissão de comunicação prévia de edificações em parcelas constituídas ou destaques sejam asseguradas pelos particulares as adequadas condições de acessibilidade de veículos e peões nos termos definidos no regulamento do PDM. E no n.º 3 da mesma norma estabelece-se que a Câmara Municipal poderá deliberar sobre as áreas a integrar no espaço público necessárias à retificação de vias ou outros espaços que, direta ou indiretamente, também beneficiem a parcela e o espaço público.
4. Se é verdade que para o alargamento das estradas, que não ultrapasse o alinhamento normal ou para serviço respeitante às estradas, podem ser exigidas áreas aos particulares sem que estes tenham direito a qualquer indemnização (cfr. §2º do artigo 60º da Lei n.º 2110 de 19 de Agosto de 1961), tal não parece que abranja as áreas para outros espaços que não sejam para os fins mencionados. Assim, e não se afigurando que as operações urbanísticas supra mencionadas estejam previstas em regulamento municipal como tendo impacte semelhante a um loteamento, (cfr. n.º 5 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua atual redação), é de salientar que não pode a Câmara Municipal, no âmbito das referidas operações urbanísticas, exigir a cedência de tais áreas para as finalidades supra mencionadas, tendo portanto de ser adquiridas pelo Município.
5. A segunda parte da al. c) do n.º 1 do artigo 21.º afigura-se pouco clara/percetível, pelo que se recomenda que seja reformulada.
6. No n.º 3 do artigo 21.º refere-se certamente por lapso, n.º 7 do artigo 14.º em vez de n.º 10 do artigo 14.º, o que deve ser corrigido.

7. CONCLUSÃO

Em face do que consta do teor da presente informação elaborada sobre a proposta do Plano de Pormenor de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Falperra, e verificada a conformidade com as disposições de Plano Diretor Municipal em vigor, propõe-se a emissão de parecer favorável condicionado à introdução das correções e acertos constantes do presente parecer.

Técnico superior

Adriano Ferreira

Exmo. Sr.

Arqt.º Adriano Ferreira
CCDR-N – ESR Vila Real
Largo Conde de Amarante
500-529 VILA REAL

Sua referência:

Sua comunicação:

Nossa referência:
DSMP/DPN/694
2018.05.24

ASSUNTO: Parecer – projecto de Plano de Pormenor – PIER da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra

Na seguimento da reunião do passado dia 16 de maio de 2018, realizada na CCDR-n/Vila Real, referente ao projecto de Plano de Pormenor – PIER da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra a DGEG, na sequência de emissão de parecer favorável condicionado, remete a sua posição:

Em toda a cartografia existente deverá ser inserido:

- a) uma faixa de 150 metros, para cada lado da A24, em que é interdito a exploração de massas minerais com recurso a explosivos;
- b) marcação dos aerogeradores com a respectiva interdição de exploração de pedreiras num raio de 50 metros;
- c) marcação das linhas de alta tensão (aéreas e subterrâneas);
- d) marcação das antenas de emissão de sinal radioelétrico (antenas de telemóvel);
- e) marcação dos marcos geodésicos.

No **Volume II – Fundamentação das Propostas**, no Ponto 3 – Compatibilização e Ajustamentos no Extracto da Planta de Condicionantes, no 2º parágrafo, inserir um novo item com a seguinte descrição:

- Antenas de Emissão de Sinal Radioelétrico.

No ponto – Rede Elétrica, acrescentar:

- Rede Elétrica e aerogeradores (Parque Eólico).

No **Ponto 1 – Programa de Execução** do mencionado Plano de forma a contemplar a dimensão de intervenção no âmbito da Segurança, deverá ser acrescentado na Fundamentação das Propostas a existência de uma zona de defesa à utilização de substâncias explosivas na exploração de pedreiras relativamente à A24 de 150 metros, conforme o estipulado no art.º 101º do Decreto-Lei n.º 162/90, de 22 de maio – Regulamento Geral de Segurança e Higiene no trabalho nas Minas e Pedreiras.

No mesmo capítulo, no quadro do Cronograma do Programa de Execução, no contexto do nosso anterior parágrafo, no campo da Segurança, deverá ser acrescentado:

- Interdição de exploração de massas minerais com recurso a explosivos numa faixa de 150 metros, para cada lado, aos limites da A24;
- Interdição de exploração de massas minerais com recurso a explosivos numa faixa às linhas elétricas definida de acordo com Regulamento Geral de Segurança de Linhas de Alta Tensão – Decreto-Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro;
- Interdição de exploração de massas minerais junto de antenas emissoras de sinal radioelétrico de acordo com a Tabela 1, Anexo VII, do Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 maio – Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico ou de Armazenagem de Produtos Explosivos.

Na proposta de **Regulamento do PIER** propõe-se as seguintes alterações:

Art.º 8º - Âmbito e regime

Inserção de nova alínea que contemple a existência dos parques eólicos e linhas de transporte de energia eléctrica entre os aerogeradores:

- alínea n) Espaço destinado à produção de Energias Renováveis.

Art.º 9º - Regime jurídico das condicionantes

Verifica-se a omissão referente à existência de um parque eólico e de antenas emissoras de sinal radioelétrico, os quais deverão ser salvaguardados neste regulamento. Assim, será necessário acrescentar duas alíneas com o devido enquadramento legal.

Igualmente se indica que a alínea h) deverá ter a seguinte redacção:

h) Pedreiras – Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, bases do regime jurídico da revelação e aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional, e Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, que define o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais;

Art.º 15º - Definição e regime

No n.º 1 acrescentar:

...e redes eléctricas de ligação dos aerogeradores à subestação para injeção de energia na rede eléctrica.

No n.º 2 alterar:

...empreendimentos de produção e transporte de energia...

Acrescentar o n.º 3 com a seguinte redacção:

3 – A actividade extractiva não poderá ser exercida num raio de 50 metros aos aerogeradores existentes.

Art.º 17º - Definição e regime

No n.º 2 acrescentar:

...protecção à auto-estrada e a zonas de defesa às explorações da indústria extractiva com recurso à utilização de substâncias explosivas.

Acrescentar o n.º 5 com a seguinte redacção:

5 – Os cabos de transporte subterrâneos de energia afectos ao parque eólico têm uma zona de defesa de 100 metros, para cada lado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 139/2002, de 17 maio – Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico ou de Armazenagem de Produtos Explosivos.

Artº 22º - Segurança

O n.º 1 deverá ter a seguinte redacção:

1 – É obrigatória a identificação inequívoca das áreas que estão licenciadas para exploração de massas minerais e sempre que possível proceder à vedação das mesmas

Acrescentar o n.º 3 com a seguinte redacção:

3 – Delimitação e sinalização das zonas em que sejam permitidas actividades complementares aos usos dominantes previstas no art.º 18º.

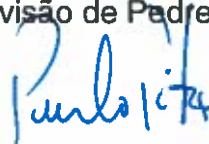
Art.º 25º - Medidas de defesa contra incêndios florestais

No n.º 2 acrescentar:

...represas de água, planos de água previstos nos PARP – Plano ambiental de recuperação paisagística de pedreiras, ou outras consideradas adequadas ao fim a que se destinam.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Divisão de Pedreiras do Norte



Paulo José Barata Salgueiro Pita

ANEXO IV

Aviso referente à abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de exploração consolidada de recursos geológicos da Serra da Falperra

23 — Assiste ao Júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu curriculum, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

24 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

25 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão a concurso os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do citado diploma, no procedimento concurso em que o número de lugares a preencher seja inferior a 10 e igual a superior a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência.

21 de junho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

311505031

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

Aviso n.º 10615/2018

Homologação da lista de ordenação final

Torna-se público, que nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, com a nova redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, que a lista unitária de ordenação final, foi homologada em dez de julho de dois mil e dezoito, fixada nos Paços do Município e disponibilizada na página eletrónica deste Município, referente ao procedimento concursal comum a seguir identificado, aberto no âmbito do programa de regularização extraordinária dos trabalhadores com vínculos precários, criado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e publicitado na Bolsa de Emprego Público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado:

113 (cento e treze) lugares de Assistente Operacional — área de auxiliar de ação educativa — BEP OE201803/0139.

12 de julho de 2018. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Elisa Ferraz*.
311502634

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso n.º 10616/2018

Abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra

António Alberto Pires Aguiar Machado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, torna público, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, em reunião de Câmara de 12 de julho de 2018, deliberou proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra, que irá decorrer durante 30 dias úteis.

Torna ainda público que o mencionado período de discussão pública se inicia no 5.º dia útil após a publicação do presente Aviso no *Diário da República*, 2.ª série, como o determina o n.º 2 do artigo 89.º do citado diploma.

Durante este período, os interessados poderão consultar a Proposta de Plano, o respetivo relatório ambiental, a ata de conferência procedimental e os demais pareceres emitidos na Divisão de Ambiente e Urbanismo, sito na Rua Comendador Silva, 5450-020 Vila Pouca de Aguiar, no horário normal de expediente, bem como na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-vpaguiar.pt).

A formulação de reclamações, observações ou sugestões deverão ser feitas por escrito, até ao termo do referido período, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-vpaguiar.pt) ou em suporte papel no setor de Atendimento ao Público da Câmara Municipal ou na Divisão de Ambiente e Urbanismo, remetido por correio dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar — Rua Henrique Bote-

lho, 5450-027 Vila Pouca de Aguiar, ou por correio eletrónico (uopg@cm-vpaguiar.pt).

13 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, *António Alberto Pires Aguiar Machado*.

Deliberação

António Alberto Pires Aguiar Machado, presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar declara que a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, em reunião ordinária realizada no dia 12 de julho de 2018, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do período de discussão pública da proposta de Plano de Intervenção no Espaço Rústico da Área de Exploração Consolidada de Recursos Geológicos da Serra da Falperra, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

13 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, *António Alberto Pires Aguiar Machado*.

611508183

MUNICÍPIO DE VIZELA

Regulamento n.º 511/2018

Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu, Presidente da Câmara Municipal de Vizela, torna público que, por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal de Vizela, de 10 de julho de 2018, foi aprovado o projeto de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior, tendo em vista a sua submissão a consulta pública nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O projeto de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior encontra-se disponível para consulta dos interessados na página da internet do Município de Vizela e nos serviços da Câmara Municipal, sitos na Praça do Município n.º 522, durante o respetivo horário de expediente.

Durante o prazo de 30 dias, contados a partir da publicação deste aviso, no *Diário da República*, 2.ª série, poderão os interessados apresentar por escrito, nesta Câmara, as suas sugestões sobre o projeto de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior.

25 de julho de 2018. — O Presidente da Câmara, *Victor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu*, Dr.

Projeto de Alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior

Alteração ao artigo 2.º, artigo 3.º, artigo 4.º, artigo 5.º, artigo 6.º, artigo 7.º, artigo 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º, artigo 13.º, artigo 14.º e artigo 15.º-A do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior:

«Artigo 2.º

Objeto e Âmbito de Aplicação

O presente regulamento estabelece as normas aplicáveis à atribuição de bolsa de estudo municipal a alunos, cujo agregado familiar tenha residência no concelho de Vizela, matriculados e inscritos em estabelecimentos e cursos de ensino superior devidamente homologados, no território nacional.

Artigo 3.º

Definições

(sem alteração):

a) Estabelecimento de Ensino Superior — todos os estabelecimentos que confirmam graus de ensino superior, homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

b) (sem alteração);

c) Bolsa de Estudo — prestação pecuniária complementar ao apoio económico concedida pelo estabelecimento de ensino superior, destinada a fazer face aos encargos do estudante durante a frequência do curso, com vista à obtenção de:

i) Licenciatura;

ii) Mestrado Integrado;

iii) Curso Técnico Superior Profissional.

d) Duração normal do curso — corresponde ao número de anos, semestres e ou trimestres letivos em que o curso deve ser realizado pelo estudante, quando a tempo inteiro e em regime presencial, conforme disposto na alínea d) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho;

e) (sem alteração).

Artigo 4.º

Bolsas de Estudo

1 — A bolsa de estudo municipal é uma prestação pecuniária correspondente a 30 % do montante da bolsa de estudo atribuída ao estudante pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior.

2 — Nos casos de mudança de curso, a bolsa de estudo municipal não poderá exceder o período de duração do curso inicial de ingresso.

3 — A bolsa de estudo municipal é requerida anualmente, com um número limite máximo equivalente ao número de anos de duração normal do curso.

4 — A atribuição de bolsas de estudo municipais pode ser cumulativa com bolsas ou apoios atribuídos por outras entidades, se dela for dado conhecimento à Câmara Municipal, ponderadas as circunstâncias.

Artigo 5.º

Intransmissibilidade das Bolsas

As bolsas de estudo municipais atribuídas nos termos do presente regulamento são intransmissíveis.

Artigo 6.º

Periodicidade da Atribuição das Bolsas

As bolsas de estudo municipal são atribuídas em cada ano letivo e pagas durante o mês de fevereiro, podendo, no entanto, ser efetuados ajustamentos de acordo com as disponibilidades financeiras da Autarquia.

Artigo 7.º

Condições de Acesso

Só podem requerer a atribuição de bolsa de estudo municipal os alunos que satisfaçam, cumulativamente, as seguintes condições:

a) (sem alteração);

b) (sem alteração);

c) (sem alteração);

d) Tenham solicitado junto do estabelecimento de ensino superior a atribuição de bolsa, bem como estejam a cumprir com todas as obrigações inerentes à candidatura.

Artigo 8.º

Candidatura

1 — A atribuição de bolsa de estudo municipal é feita através de concurso anual, sendo a respetiva inscrição efetuada mediante o preenchimento e entrega de um boletim de candidatura próprio, fornecido pela Câmara Municipal de Vizela.

2 — (sem alteração).

3 — A Câmara Municipal de Vizela poderá, fundamentadamente, fixar prazo diferente do previsto no número anterior, para a apresentação das candidaturas à atribuição das bolsas de estudo municipais.

4 — (sem alteração).

5 — (sem alteração):

a) (sem alteração);

b) Apresentação do cartão de cidadão (ou na sua ausência, bilhete de identidade e cartão de contribuinte);

c) (sem alteração);

d) (sem alteração);

e) (sem alteração);

f) (sem alteração);

g) (sem alteração);

h) Documento comprovativo da atribuição de bolsa de estudo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior e respetivo valor;

i) (eliminado).

Artigo 9.º

Apreciação da Candidatura

1 — (sem alteração).

2 — (sem alteração).

3 — (sem alteração).

4 — (sem alteração).

5 — (sem alteração).

6 — Nos casos referidos no n.º 4 e 5 do presente artigo, a Câmara Municipal de Vizela reserva-se ao direito de eliminar as respetivas candidaturas.

Artigo 10.º

Seleção das Candidaturas

1 — Serão consideradas as candidaturas dos alunos aos quais seja atribuída bolsa de estudo pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

2 — A análise das candidaturas será efetuada pelo Setor da Educação.

3 — Será elaborada uma lista provisória de candidatos.

4 — (sem alteração).

5 — (sem alteração).

6 — (sem alteração).

7 — Compete à Câmara Municipal de Vizela a aprovação da lista final obtida, a qual consubstancia a atribuição das bolsas de estudo municipais.

Artigo 11.º

Pagamento da Bolsa de Estudo Municipal

O pagamento da bolsa de estudo municipal é efetuado diretamente ao bolseiro, através de transferência bancária, para a conta com o número de IBAN indicado aquando da apresentação da candidatura.

Artigo 13.º

Deveres dos Bolseiros

Os bolseiros têm o dever de:

a) (sem alteração);

b) (sem alteração);

c) Informar a Câmara municipal de todas as alterações ocorridas posteriores à atribuição da bolsa de estudo, relativas à bolsa de estudo municipal atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, residência ou curso;

d) (sem alteração).

Artigo 14.º

Cessação da Bolsa de Estudo

1 — Constituem causas de cessação da bolsa de estudo municipal:

a) (sem alteração);

b) (sem alteração);

c) A cessação da atividade escolar do bolseiro, salvo por motivo de força maior devidamente comprovada;

d) (sem alteração);

e) (sem alteração).

2 — (sem alteração).

Artigo 15.º-A

Revisão do Regulamento

O presente Regulamento poderá ser objeto de revisão por iniciativa da Câmara Municipal ou quando se verificarem alterações que assim o determinem.»

311539758

FREGUESIA DE ARÕES (SÃO ROMÃO)

Aviso n.º 10617/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se publico que, na sequência